

ALPARGATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa nº 6.

1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.

Para os detalhes do processo de aquisição e aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, vide nota explicativa nº 14.

1.3. Reorganização societária na controlada Alpargatas S.A.I.C. – Argentina

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina, gerando sinergias e uma maior eficiência, o Conselho de Administração da controlada aprovou em reunião do dia 20 de dezembro de 2011 uma reorganização societária para incorporação de oito subsidiárias. A reorganização efetivou-se a partir de 1º de abril de 2012 e de acordo com as condições e efeitos previstos nos arts. 82 a 87 da Lei 19.550 de Sociedades Comerciais da Argentina, das normas da "*Comisión Nacional de Valores – CNV*", do "*Reglamento de Comercio de Buenos Aires – BCBA*" e demais normas legais regulatórias aplicáveis.

A reorganização societária foi aprovada pelas Assembleias Extraordinárias de 25 de abril de 2012 e 26 de abril de 2012.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas para todos os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e consolidadas (BR GAAP e IFRS):

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidas são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que as condições necessárias para auferir o incentivo já foram cumpridas.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento superior a 90 dias, mas com impossibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e por eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia ou suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o

saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a sua vida útil-econômica, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item “f)”, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

O intangível inclui: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas (no consolidado).

Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas

também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico e expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido, e amortizada conforme vida útil determinada na ocasião. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada

ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
 - Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
 - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.
- (i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.
- (ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

m.2) Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. As controladas Alpargatas Imobiliária Ltda. e

Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - "Ajuste de avaliação patrimonial". No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

o) Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (nota explicativa nº 8).

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são

contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF ("Non-Deliverable Forward") para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para fins de contabilidade de "hedge", a Companhia adota o hedge de fluxo de caixa, que fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta a relação entre os instrumentos de "hedge" e os itens que são objetos de "hedge", incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento será "altamente eficaz" na compensação de variações do valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o "hedge" é designado e se os resultados reais de cada "hedge" estão dentro da faixa de 80% a 125%.

No "hedge accounting" de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados e qualificados como "hedge accounting" de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por "hedge" afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por "hedge" resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de "hedge" vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios de "hedge accounting", todo o ganho ou perda acumulado existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é realizado contra o resultado quando a transação prevista é reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida por "hedge" ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão

eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica “Opções outorgadas reconhecidas”, que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

t) Lucro líquido por ação

Apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 36.

u) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o

plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando o ativo é designado como mantido para venda.

v) Informações por segmento

São apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 25.

w) Prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais - Investimentos

Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

x) Investimentos em coligada

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura ("goodwill") integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

A participação societária na coligada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Grupo. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofrerá perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

y) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Alpargatas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Alpargatas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias e dos produtos vendidos e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.d).

e) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas dos balanços.

f) Planos de pensão e de assistência médica

O valor atual dos planos de pensão e de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 258.383 e de R\$ 150.130 em 31 de dezembro 2012. Os detalhes das premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 15.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada dos bens do imobilizado.

5. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Novas normas ou alterações de normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013.

A natureza e os impactos das novas interpretações e alterações de normas estão descritas abaixo:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A norma não teve impacto relevante na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Eliminação do enfoque do corredor (“*corridor approach*”) e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A norma não teve impacto relevante na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação

Divulgações são necessárias para os instrumentos financeiros reconhecidos que não são compensados de acordo com o IAS 32. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas

Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”. A norma não teve impacto retrospectivo na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia e foi adotada para o novo investimento da Companhia (nota explicativa nº14).

CPC 45 – Divulgação de participação em outras entidades

Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas empresas em que a Companhia possui influência significativa. A norma teve efeito somente na apresentação, não tendo impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

CPC 46 - Mensuração do valor justo

Substitui e consolida todas as orientações e os requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos

itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

b) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como a contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificará os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Revisão) – Entidades de investimento

Fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. As revisões serão efetivas para os exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras visto que nenhuma das entidades do Grupo Alpargatas se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 (Revisão) – Compensação de ativos e passivos financeiros

As revisões clarificam os critérios para a compensação de ativos e passivos financeiros. As revisões passam a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

IAS 39 (Revisão) – Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de *hedge*

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios definidos na norma. As alterações passam a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia aplicará a revisão nas futuras renovações de derivativos.

6. Demonstrações financeiras consolidadas

Critérios de consolidação, definição de controladas e mudanças nas participações em controladas existentes

Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Assim, a Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; e (b) saldos de contas-correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Empresas do Grupo, inclusive caso existam lucros não realizados. O balanço patrimonial das controladas sediadas no exterior em moeda funcional diferente do real (em peso argentino, euro ou dólar norte-americano) foi convertido para reais com base nas taxas de câmbio nas datas dos balanços. A demonstração do resultado das controladas sediadas no exterior foi convertida para reais com base nas taxas de câmbio médias. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", as quais serão reclassificadas para o resultado do exercício, quando e se aplicável, na data de alienação do investimento.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais, mesma moeda funcional da Companhia.

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício das controladas antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação e poder de voto - %	
	2013	2012
Participação direta:		
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00
Alpargatas Internacional APS – Dinamarca	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	95,00	96,42
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional APS):		
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. – França	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited – Portugal	100,00	100,00
Participação indireta (através da Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.):		
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	5,00	-

- CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias: adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.
- Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral, à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior. Atualmente encontra-se sem operações.
- Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior.
- Alpargatas S.A.I.C. - Argentina: adquirida em outubro de 2007, porém com a transferência do controle para a Companhia em outubro de 2008, dedica-se à fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.
- Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas France S.A.R.L. - França, Alpargatas UK Limited - Reino Unido, Alpargatas Itália S.R.L. - Itália e Alpargatas Portugal Limited - Portugal: constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e abril e maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.
- Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos: constituída pela incorporação da Expasa Florida Inc. em dezembro de 2006. Sua atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.

Mudanças nas participações em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse

alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificado para o resultado ou transferido diretamente para a rubrica “Lucros acumulados”, conforme requerido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente, conforme o pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, ou, quando aplicável, como o custo no reconhecimento inicial de um investimento de uma coligada ou controlada em conjunto.

7. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia e suas controladas gozam de subvenções concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2018 e 2020. A Companhia e suas controladas gozam também de subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste, que perduram até 2021.

O valor dessas subvenções para investimentos, incluindo os incentivos fiscais de imposto de renda registrados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é demonstrado como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Subvenção ICMS:					
Paraíba	(a)	132.497	132.195	132.497	132.196
Pernambuco	(b)	-	-	8.614	7.815
Incentivos de IRPJ:					
Região Nordeste	(c)	12.896	14.153	17.570	17.331
Total		<u>145.393</u>	<u>146.348</u>	<u>158.681</u>	<u>157.342</u>

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Santa Rita, Campina Grande e João Pessoa. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica “Impostos incidentes sobre as vendas” na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias. A controlada está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (c) Registrados a crédito na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes” na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 12.b)).

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	1.854	1.483	27.976	18.400
Aplicações financeiras:				
CDBs pós-fixados (i)	14.648	5.826	14.648	8.176
Operações compromissadas pós-fixadas (i)	73.944	75.224	91.127	94.953
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (iii)	-	-	931	1.301
Total	90.446	82.533	134.682	122.830

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras que estabelece que os investimentos financeiros podem ser realizados somente em instituições de primeira linha determinando um “rating” mínimo segundo classificação das agências Fitch, Standard & Poor’s e Moody’s. Qualquer proposta para efetuar investimentos financeiros em instituições financeiras com “rating” abaixo deste mínimo determinado pela Política dependerá da autorização do Conselho de Administração.

A Política da Companhia não estabelece critérios para a determinação da composição de “Caixa e equivalentes de caixa”. Entretanto, a classificação contábil utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas desses componentes é a descrita na nota explicativa nº 3.c).

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa pela Companhia e por suas controladas são como segue:

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, os CDBs e operações compromissadas estavam distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 101,86% do CDI (104,17% em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuíam prazos de vencimento distribuídos entre fevereiro de 2014 e novembro de 2016 e são classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem prazo de carência para resgate inferior a três meses e por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (ii) As aplicações financeiras mantidas pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em 31 de dezembro de 2013 estão representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 2,60% (6,19% em 31 de dezembro de 2012).

b) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013, referem-se a CDBs e operações compromissadas pós-fixadas com remuneração média de 102,88% do CDI (116,16% em 31 de dezembro de 2012). As aplicações em CDB pré-fixados possuíam remuneração média fixa de 10,39% ao ano (8,88% em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia possuía Notas do Tesouro Nacional - tipo B (NTN-B) indexadas à variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA mais juros de 6% ao ano, com vencimento em agosto de 2020. Por serem títulos de alta liquidez, a Companhia os mantinha atualizados a valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não mantinha mais saldo aplicado nestes ativos.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CDBs pré-fixados	141.466	31.273	141.466	31.273
CDBs pós-fixados	53.622	106.561	53.622	106.561
Operações compromissadas pós-fixados	440.379	313.604	484.630	348.849
Notas do Tesouro Nacional – Tipo B	-	7.395	-	7.395
Total	635.467	458.833	679.718	494.078

Essas aplicações financeiras estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo para resgate não superior a 360 dias, contados da data da aplicação, porém fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa” por possuírem carência para resgate superior a três meses e haver risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

9. Contas a receber de clientes

a) Compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mercado interno	651.118	573.804	676.253	597.845
Mercado externo	42.462	25.994	154.551	123.452
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21.b))	31.330	23.896	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.281)	(19.327)	(29.250)	(27.128)
Total	705.629	604.367	801.554	694.169

As contas a receber de clientes são classificadas como empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é próximo ao seu valor justo, conforme razões descritas na nota explicativa nº 3.d) de principais práticas contábeis. As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte americano, euro e peso argentino.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	670.159	571.116	746.374	650.369
Vencidas:				
Até 30 dias	17.523	13.491	30.266	23.542
De 31 a 90 dias	3.798	12.835	7.874	20.858
Mais de 91 dias	33.430	26.252	46.290	26.528
Total	724.910	623.694	830.804	721.297

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	(19.327)	(27.128)
Adições	(2.319)	(6.843)
Reversões	-	-
Baixas	2.365	4.721
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	(19.281)	(29.250)

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Até 30 dias	(76)	-	(280)	(315)
De 31 a 90 dias	(333)	(1.396)	(746)	(2.238)
Mais de 91 dias	(18.872)	(17.931)	(28.224)	(24.575)
Total	<u>(19.281)</u>	<u>(19.327)</u>	<u>(29.250)</u>	<u>(27.128)</u>

Adições e reversões da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Não foi constituída provisão para perda de clientes com duplicatas em atraso e cujas dívidas já foram renegociadas e para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis. Para os demais títulos em atraso, e que o Grupo não mantém nenhuma outra garantia, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	134.299	163.931	276.521	303.476
Produtos em processo	17.478	12.272	32.384	30.413
Matérias-primas	56.821	45.263	95.942	80.090
Importações em andamento	50.662	24.536	50.662	24.536
Outros	10.542	11.376	24.952	20.658
Provisão para perdas dos estoques	<u>(4.568)</u>	<u>(9.055)</u>	<u>(12.933)</u>	<u>(15.235)</u>
Total	<u>265.234</u>	<u>248.323</u>	<u>467.528</u>	<u>443.938</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(9.055)	(15.235)
Adições	(5.429)	(7.359)
Reversões	-	199
Baixas/Variação cambial	9.916	9.462
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(4.568)</u>	<u>(12.933)</u>

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	5.110	17.486	5.114	19.937
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	804	1.001	4.190	1.444
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.291	2.216	1.765	2.778
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	81	50	81	50
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	10.526	7.473	11.267	8.327
Reintegração de impostos - Brasil Maior	12.558	6.611	12.558	7.185
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpargatas Europa	-	-	1.646	3.360
Antecipações de imposto de renda - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	28.076	23.401
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Argentina	-	-	2.166	6.880
Outros	7.602	7.740	12.098	9.399
Total	37.972	42.577	78.961	82.761
Parcela do circulante	37.146	33.968	58.184	54.461
Parcela do não circulante	826	8.609	20.777	28.300

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Ativo:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.556	6.571
Provisão para perda nos estoques	1.553	3.079
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.239	7.712
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	31.878	26.647
Baixa do ativo diferido	8	70
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.820	2.240
Outras diferenças temporárias	6.725	3.594
Total – controladora	56.779	49.913
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		
- Provisão para "fidecomiso"	-	6.926
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.620	6.617
- Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(iii) 23.075	13.943
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.157	1.713
- Provisão para perda nos estoques	2.315	1.644
- Outras diferenças temporárias	6.497	6.106
	<u>39.664</u>	<u>36.949</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:		
- Prejuízos fiscais	(i) 10.050	10.681
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:		
- Diferenças temporárias	1.863	1.308
- Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(i) -	1.371
	<u>1.863</u>	<u>2.679</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	2.332	2.790
Total – consolidado	110.688	103.012
Passivo:		
Controladora:		
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	(ii) 8.952	7.321
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	11.857	7.237
Provisão CSLL - 25% sobre a depreciação	-	2.467
Operações com instrumentos financeiros derivativos	4.599	-
Total controladora	25.408	17.025
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:		
- Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	27.280	33.240
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	-	193
Total – consolidado	52.688	50.458
Total líquido – controladora	31.371	32.888
Total líquido – consolidado	58.000	52.554

(i) *Constituição de crédito tributário de controladas*

Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha

Para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, decidiu pela constituição de crédito tributário diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais incorridos pela controlada Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha. Com base nas projeções de lucros tributáveis futuros da controlada, a partir de 2011, a Administração, observando os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, decidiu pela constituição do crédito tributário diferido, o qual possui previsão de realização até 2015. De acordo com a legislação fiscal espanhola os prejuízos fiscais possuem prazo máximo de prescrição de 18 anos a partir da data de sua geração.

(ii) *Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente*

Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. – Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/60 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$400, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$136 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos.

(iii) *Alpargatas S.A.I.C – Argentina – Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais*

A controlada na Argentina constitui créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais que podem ser compensados em qualquer um dos dez exercícios fiscais subsequentes a constituição dos créditos, conforme legislação daquele país. A Administração da subsidiária realizou uma análise de recuperação, considerando o lucro tributário para os próximos anos, com base nos orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da controlada, e concluiu que as projeções de resultados tributáveis são suficientes para a realização dos saldos desses créditos.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	23.536
2014	21.377	17.027
2015	18.506	7.435
2016	15.064	12.663
2017 em diante	55.740	42.351
Total – consolidado	<u>110.688</u>	<u>103.012</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados pelas respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Diferenças temporárias totais	1
Prejuízos fiscais:	
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	62.520
Alpargatas France S.A.R.L. - França	112
Total	<u>62.633</u>

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados por tais controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é demonstrada a seguir:

	2012	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2013
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	(15)	-	6.556
Provisão para perdas nos estoques	3.079	(1.526)	-	1.553
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.712	(473)	-	7.239
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	5.231	-	31.878
Baixa do ativo diferido	70	(62)	-	8
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	580	-	2.820
Outras diferenças temporárias	3.594	3.131	-	6.725
Total – controladora	<u>49.913</u>	<u>6.866</u>	<u>-</u>	<u>56.779</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para "fidecomiso"	6.926	(6.603)	(323)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.617	992	(989)	6.620
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	13.943	12.110	(2.978)	23.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.713	(354)	(202)	1.157
Provisão para perda nos estoques	1.644	982	(311)	2.315
Outras diferenças temporárias	6.106	2.176	(1.785)	6.497
	<u>36.949</u>	<u>9.303</u>	<u>(6.588)</u>	<u>39.664</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	<u>10.681</u>	<u>(2.467)</u>	<u>1.836</u>	<u>10.050</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	1.308	555	-	1.863
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.371	(1.371)	-	-
	<u>2.679</u>	<u>(816)</u>	<u>-</u>	<u>1.863</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	2.790	(458)	-	2.332
Total – consolidado	<u>103.012</u>	<u>12.428</u>	<u>(4.752)</u>	<u>110.688</u>

Passivo:

Controladora:

Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	7.321	1.631	-	8.952
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	7.237	4.620	-	11.857
Provisão CSLL – 25% sobre a depreciação	2.467	(2.467)	-	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	5.505	(906)	4.599
Total – controladora	<u>17.025</u>	<u>9.289</u>	<u>(906)</u>	<u>25.408</u>

Controladas:

Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:

Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado

	33.240	(1.579)	(4.381)	27.280
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	193	-	(193)	-
Total – consolidado	<u>50.458</u>	<u>7.710</u>	<u>(5.480)</u>	<u>52.688</u>

Total líquido – controladora

(2.423)
4.718

Total líquido – consolidado

	<u>2011</u>	<u>(Debitado) creditado à demonstração do resultado</u>	<u>Variação cambial, encargos e outros movimentos</u>	<u>2012</u>
Ativo:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.636	935	-	6.571
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	-	3.079
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.050	(338)	-	7.712
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.794	-	26.647
Baixa do ativo diferido	601	(531)	-	70
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	-	2.240
Outras diferenças temporárias	6.508	(2.914)	-	3.594
Total – controladora	<u>46.838</u>	<u>3.075</u>	<u>-</u>	<u>49.913</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para "fidecomiso"	7.259	-	(333)	6.926
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.253	(313)	(323)	6.617
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	4.896	10.267	(1.220)	13.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.660	134	(81)	1.713
Provisão para perda nos estoques	1.693	30	(79)	1.644
Outras diferenças temporárias	3.975	2.365	(234)	6.106
	<u>26.736</u>	<u>12.483</u>	<u>(2.270)</u>	<u>36.949</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	<u>9.750</u>	<u>326</u>	<u>605</u>	<u>10.681</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	1.816	(508)	-	1.308
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	3.376	(2.005)	-	1.371
	<u>5.192</u>	<u>(2.513)</u>	<u>-</u>	<u>2.679</u>
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	<u>1.035</u>	<u>1.747</u>	<u>8</u>	<u>2.790</u>
Total – consolidado	<u>89.551</u>	<u>15.118</u>	<u>(1.657)</u>	<u>103.012</u>

Passivo:

Controladora:

Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	5.690	1.631	-	7.321
Provisão IR/CSLL sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	-	7.237	-	7.237
Provisão CSLL – 25% sobre a depreciação	-	2.467	-	2.467
Total – controladora	<u>5.690</u>	<u>11.335</u>	<u>-</u>	<u>17.025</u>

Controladas:

Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:

Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado

	38.617	(3.721)	(1.656)	33.240
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	-	-	193	193
Total – consolidado	<u>44.307</u>	<u>7.614</u>	<u>(1.463)</u>	<u>50.458</u>

Total líquido – controladora

(8.260)

Total líquido – consolidado

7.504

b) Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	344.249	311.366	347.416	299.854
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(117.045)	(105.864)	(118.121)	(101.950)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.271)	(7.911)	(9.210)	(14.574)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	28.934	28.900	28.934	28.900
Efeitos tributários da adoção do RTT:				
Subvenção para investimento – ICMS	45.145	43.396	48.073	46.053
Outorgas de opções de compra de ações	(880)	(691)	(880)	(691)
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa nº 7)	12.896	14.153	17.570	17.331
Benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05)	1.973	1.109	1.973	1.109
Aproveitamento de crédito tributário de controlada não constituído em exercícios anteriores	-	-	-	(5.486)
Ajuste de imposto diferido – diferença vida útil IFRS x Fiscal	-	(4.746)	-	(4.746)
Crédito tributário constituído por incorporação na controlada				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	-	-	(1.853)	11.837
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	2.010	271	(4.139)	2.900
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(34.238)</u>	<u>(31.383)</u>	<u>(37.653)</u>	<u>(19.317)</u>
Correntes	(31.815)	(23.123)	(42.371)	(26.821)
Diferidos	(2.423)	(8.260)	4.718	7.504
Alíquota efetiva	10%	10%	11%	6%

13. Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a ações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Processos tributários	6.571	6.571	6.681	6.681
Processos cíveis	-	-	43	20
Reclamações trabalhistas	5.904	5.114	6.141	5.502
	<u>12.475</u>	<u>11.685</u>	<u>12.865</u>	<u>12.203</u>

14. Investimentos

Estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Investimentos	253.850	208.815	74.651	33.369
Ágio	258.382	150.130	108.252	-
	<u>512.232</u>	<u>358.945</u>	<u>182.903</u>	<u>33.369</u>

	Controladas						Empreendimento controlado em conjunto	Total
	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total de Controladas	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	
<u>Informações em 31 de dezembro de 2013</u>								
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.734.570	5.585.855	750.645	66.616.002		25.457.301	
Total do ativo	288	71.109	7.614	101.333	282.482		135.024	
Total do ativo não circulante	5.322	49.035	3.000	21.195	130.598		237.604	
Total do passivo	-	111.963	-	39.763	238.743		81.837	
Total do passivo não circulante	-	4.359	-	861	70.992		96.111	
Capital social	5.979	186.919	8.766	20.848	25.202		84.858	
Participação não controladores	-	-	-	-	164			
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	5.610	3.822	10.614	81.904	103.181		194.680	
Lucro não realizado nos estoques		(4.548)		(28)	49			
		(726)		81.876	103.230			
Receita líquida do exercício	-	214.023	90	148.987	603.863		178.644	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(850)	(28.454)	900	32.885	(29.228)		4.221	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	95,00(*)		30,00	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.351	(21.091)	18.714	66.849	141.992	208.815	-	208.815
Aumento de capital	4.822	39.083	-	-	-	43.905	-	43.905
Aquisição	-	-	-	-	4.704	4.704	13.613	18.317
Venda de ações	-	-	-	-	(6.336)	(6.336)	-	(6.336)
Deságio	(488)	-	-	-	-	(488)	-	(488)
Distribuição de dividendos	-	-	(9.000)	(17.952)	-	(26.952)	-	(26.952)
Alocação do ágio	-	-	-	-	-	-	43.525	43.525
Resultado de equivalência patrimonial	(850)	(27.707)	900	32.979	(27.974)	(22.652)	1.267	(21.385)
Variação cambial dos investimentos	(225)	8.989	-	-	(14.315)	(5.551)	-	(5.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.610	(726)	10.614	81.876	98.071	195.445	58.405	253.850

(*) Os outros 5% de participação da Alpargatas S.A.I.C. Argentina são detidos pela controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda e totalizam R\$ 5.159 em 31 de dezembro de 2013.

	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	Alpargatas Imobiliária S.A.	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Alpargatas Chile Ltda. - Chile	Total
<u>Informações em 31 de dezembro de 2012</u>							
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	45.532.752	5.585.855	750.645	67.611.095	-	
Total do ativo	2.351	54.525	15.715	82.797	271.692	-	
Total do ativo não circulante	-	62.936	3.000	23.393	131.154		
Total do passivo	-	130.147	1	38.352	140.580	-	
Total do passivo não circulante	-	3.110	-	867	114.999		
Capital social	1.157	123.259	8.766	20.848	29.171	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.351	(15.796)	18.714	66.971	147.267	-	
Lucro não realizado nos estoques		(5.295)		(122)	-		
		(21.091)		66.849	147.267		
Receita líquida do exercício	-	154.554	81	134.496	524.348	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	129	(57.901)	880	24.468	12.412	106	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	96,42	-	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.222	2.175	17.834	54.755	130.162	(106)	207.042
Aumento de capital	-	41.227	-	-	-	-	41.227
Aquisição de ações	-	-	-	-	7.391	-	7.391
Distribuição de dividendos	-	-	-	(12.252)	-	-	(12.252)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	(467)	(467)
Resultado de equivalência patrimonial	129	(60.783)	880	24.346	12.053	106	(23.269)
Variação cambial dos investimentos	-	(3.710)	-	-	(7.614)	467	(10.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.351	(21.091)	18.714	66.849	141.992	-	208.815

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o ágio em controladas é composto como segue:

	Controladas				Empreendimen to controlado em conjunto	
	CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	Atlântico Participações S.A.	Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	Total de Controladas	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. - Osklen	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11.498	42.364	96.268	150.130	-	150.130
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.498	42.364	96.268	150.130	108.252	258.382

Investimentos indiretos através da empresa “holding” Alpargatas Internacional APS

	Controladas Indiretas							Coligada	
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total controladas indiretas	Grupo Tavex S.A.	Total
Informações em 31 de dezembro de 2013									
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10		21.683.180	
Total do ativo circulante	41.476	2.123	3.007	1.494	948	21.443		735.391	
Total do ativo não circulante	12.965	2.398	966	1.420	1.747	6.144		732.832	
Total do passivo circulante	35.407	4.673	2.032	2.538	1.947	65.310		1.031.200	
Total do passivo não circulante	32.904	-	-	-	-	191		350.069	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(13.870)	(152)	1.941	376	748	(37.914)		86.954	
Receita líquida do exercício	131.112	7.093	10.519	6.974	4.539	53.786		1.095.108	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.510	152	1.480	217	389	(6.365)		(151.728)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		18,687	
Valor contábil dos investimentos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	(83.843)	33.369	(50.474)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	38.267	38.267	-	38.267
Resultado da equivalência patrimonial	10.510	152	1.480	217	389	(6.365)	6.383	(28.353)	(21.970)
Variação cambial dos investimentos	(191)	(49)	113	27	60	(9.638)	(9.678)	11.233	1.555
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(13.870)	(152)	1.941	376	748	(37.914)	(48.871)	16.249	(32.622)

	Controladas Indiretas						Coligada	Total
	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total Controladas Indiretas	
Informações em 31 de dezembro de 2012								
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	10	21.683.180	
Total do ativo	25.294	2.230	877	1.153	324	23.810	627.681	
Total do ativo não circulante	13.175	2.360	546	1.482	33	4.632	844.021	
Total do passivo	22.561	4.845	1.075	2.503	58	88.260	935.600	
Total do passivo não circulante	40.097	-	-	-	-	360	357.521	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	178.581	
Receita líquida do exercício	98.012	6.052	4.914	4.619	1.916	39.041	1.086.031	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(570)	515	199	39	123	(14.599)	(229.378)	
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	18,687	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.472)	(726)	125	(15)	152	(79.087)	74.267	(27.756)
Aumento /Integralização do capital	96	-	-	-	-	40.840	40.936	40.936
Resultado da equivalência patrimonial	(570)	515	199	39	123	(14.599)	(42.864)	(57.157)
Variação cambial dos investimentos	(1.243)	(44)	24	108	24	(7.332)	1.966	(6.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(24.189)	(255)	348	132	299	(60.178)	33.369	(50.474)

Informações adicionais sobre controladas

Fibrasil Agrícola Comercial Ltda.

Em 10 de abril de 2013, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações, onde foram vendidas para a controlada Fibrasil Agrícola Comercial Ltda., 1.024.936 da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina, pelo valor total de R\$ 2.000. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$1.857 de custo de aquisição e R\$143 de ágio, respectivamente.

Na mesma data, também foi aprovado o aumento de capital da Fibrasil Agrícola Comercial Ltda., no valor de R\$4.822 com a utilização de 2.478.170 ações ordinárias da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

O capital total da Fibrasil Agrícola Comercial Ltda. passou de R\$1.157 para R\$5.979, composto por 5.978.752 quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Alpargatas S.A.I.C. (“Alpargatas Argentina”)

Em continuidade ao processo de compra da participação minoritária, em abril de 2011, a Companhia adquiriu mais 11.483.857 ações e pelo valor de AR\$8,71 (oito pesos e setenta e um centavos) por ação. Essas ações somadas às 49.569.771 ações de sua titularidade perfizeram o total de 61.053.628 ações que representam 87,067% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nesta aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$20.242 e R\$18.999, respectivamente.

Em julho de 2011, a Companhia adquiriu mais 3.073.205 ações e pelo valor de US\$1,98 (um dólar e noventa e oito centavos) por ação, as quais, somadas às 61.053.628 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 64.126.833 ações que representam 91,4502% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$5.267 de custo de aquisição e R\$4.285 de ágio, respectivamente.

O valor total das duas aquisições ocorridas em 2011, somou R\$25.509 de compra de participação minoritária e R\$ 23.284 de ágio.

Adicionalmente, dando continuidade ao processo de aquisição da integridade das ações em circulação da controlada, em 11 de outubro de 2011 a Companhia protocolou junto a Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina, pedido de registro de oferta pública de aquisição voluntária de ações - OPA, para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em circulação, pelo valor de AR\$8,14 por ação.

Em março de 2012, a Comisión Nacional de Valores da Argentina (“CNV”) aprovou o referido pedido.

Em maio de 2012, a Companhia adquiriu mais 2.971.857 ações e pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos e quatorze centavos) por ação, as quais, somadas às 64.126.833 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 67.098.690 ações que representam 95,69% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$6.236 de custo de aquisição e R\$4.634 de ágio, respectivamente.

Em julho de 2012, a Companhia adquiriu mais 512.405 ações e pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos e quatorze centavos) por ação, as quais, somadas às 67.098.690 ações já de sua titularidade, perfizeram o total de 67.611.095 ações que representam 96,42% do capital total

da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$1.156 de custo de aquisição e R\$725 de ágio, respectivamente.

Em 25 de julho de 2012, a Companhia divulgou fato relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que protocolaria, junto a *Comisión Nacional de Valores - CNV* da Argentina, Declaração de Aquisição e Implementação de Oferta de Participações Residuais da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina que estejam em circulação, pelo valor de AR\$8,14 (oito pesos argentinos e quatorze centavos) por ação. Em 01 de agosto de 2012 esta declaração foi protocolada junto a CNV.

Em 19 de março de 2013, a Companhia divulgou fato relevante informando que foi aprovada, pela *Comisión Nacional de Valores - CNV* da Argentina, a Declaração de Aquisição e Implementação de Oferta de Participações Residuais da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina que estavam em circulação, a um preço de AR\$8,14 por ação. Dessa forma, a Companhia passou a deter 100% do capital social da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina. A contraprestação paga nesta aquisição foi desdobrada contabilmente nos montantes de R\$4.704 de custo de aquisição e R\$3.392 de ágio.

Em 11 de abril de 2013, a Alpargatas Argentina retirou-se da Bolsa de Valores de Buenos Aires, passando a ser uma empresa de capital fechado, controlada integralmente pela Alpargatas S.A..

Grupo Tavex S.A.

Embora a Companhia detenha uma participação indireta de 18,687%, a Administração classifica o investimento como sendo uma coligada, pois mantém influência nas decisões, através da manutenção de um assento no Conselho de Administração da Tavex na Espanha. Assim sendo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia vem avaliando o investimento de acordo com o método de equivalência patrimonial.

A coligada Grupo Tavex S.A. vem passando por reestruturações operacionais visando ganhar competitividade e rentabilidade. Em 2012, a Administração da coligada revisou o plano de negócios da companhia de forma a adequá-lo a um cenário mais provável de geração de resultados considerando a situação econômica atual. Essa revisão indicou, entre outros fatores, que a Companhia não produziria lucros tributáveis futuros suficientes para a que a utilização de seu ativo fiscal diferido seja plena. Assim, constatou-se à necessidade de se ajustar a conta de ativos fiscais diferidos, o que, aliado a um resultado operacional negativo, resultou numa equivalência patrimonial negativa na Alpargatas S.A. de R\$42.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A administração do Grupo Tavex seguiu analisando diversas alternativas para consolidar os objetivos de rentabilidade e manutenção das operações, conforme Plano de Negócios revisado, e, em 2013, conseguiu alcançar as metas operacionais fixadas neste plano com incremento de 76% no resultado operacional comparado a 2012. A Companhia também registrou no resultado perdas com desvalorização de alguns ativos (imóveis, máquinas, instalações e créditos fiscais) e perdas cambiais com a ineficácia de *hedge accounting*, decorrentes da reestruturação dos negócios. Isto resultou para Alpargatas em uma equivalência patrimonial negativa de R\$28.353 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os auditores independentes do Grupo Tavex S.A. emitiram relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2014 enfatizando o processo de reestruturação que a coligada vem passando, que os respectivos custos de implementação, juntamente com a evolução da situação

econômica e do consumo, têm dificultado o alcance dos níveis de atividade previstos pela Administração da coligada, bem como têm contribuído para a geração de prejuízos nos últimos exercícios. Além dos ajustes significativos no resultado do exercício de 2013, os auditores enfatizaram que, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Tavex S.A. tem um déficit de capital de giro de 103 milhões de euros. Neste contexto, os auditores independentes do Grupo Tavex S.A. indicaram a existência de uma incerteza significativa sobre a capacidade da coligada para financiar e continuar suas operações e que a Administração da coligada revisou seu plano de negócios para adaptá-lo às circunstâncias atuais e previstas nos mercados em que eles atuam, desprendendo-se do mesmo que as operações do Grupo nos próximos exercícios alcançariam a necessária rentabilidade. Destacaram os auditores que, adicionalmente, a Administração da coligada está tomando medidas oportunas para poder cumprir o calendário de renovação dos empréstimos bancários de curto prazo, para obter o apoio financeiro necessário e para realizar certos ativos imobiliários que o Grupo tem disponível para venda.

Considerando os ajustes efetuados pela Coligada no exercício de 2013, a Administração da Alpargatas avalia que o valor contábil dos seus investimentos será recuperado e que não há evidências de perda adicional.

Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A.

Em 4 de março de 2013, a Companhia adquiriu 30% do capital de Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen"), representando a decisão da Alpargatas de entrar no segmento de moda através de uma marca *premium* e com os mesmos valores da Alpargatas, como inovação, modernidade e interação com seu público. A Osklen é uma rede varejista de moda *premium* sediada no Estado do Rio de Janeiro com 65 lojas no Brasil e 6 no exterior.

O valor da aquisição deve ser pago pela Alpargatas em duas parcelas, tendo a primeira sido paga em 4 de março de 2013 no valor de R\$67.500, data do fechamento do negócio, e a segunda, correspondente a diferença entre o valor da aquisição e a primeira parcela, a ser paga em até cinco dias úteis após a determinação do valor total de aquisição, o que deverá ocorrer em abril de 2014.

O valor total desta aquisição será o resultado equivalente ao percentual adquirido (30%), multiplicado por 13 vezes o EBITDA efetivo da "Osklen" no período compreendido entre 1º de março de 2013 e 28 de fevereiro de 2014, descontada a dívida líquida.

A contabilização da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e do ágio nas demonstrações financeiras foi feita com base em avaliação do valor justo.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Osklen na data da aquisição está demonstrado a seguir:

	Balanço aquisição 28/02/2013	Ajustes a valor justo	Balanço aquisição 28/02/2013 (ajustado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e aplicações financeiras	5.560	-	5.560
Contas a receber	33.338	(572)	32.766
Estoques	28.779	25.621	54.400
Demais contas a receber	14.985	-	14.985
	<u>82.662</u>	<u>25.049</u>	<u>107.711</u>
Não circulante			
Impostos diferidos	1.090	-	1.090
Investimentos	157	-	157
Imobilizado	21.377	157	21.534
Intangível			
Cessão de direitos	11.039	36.986	48.025
Marca	-	122.962	122.962
Relacionamento cliente multimarca	-	5.056	5.056
Relacionamento cliente monomarca	-	4.747	4.747
Acordo de não competição	-	24.522	24.522
	<u>33.663</u>	<u>194.430</u>	<u>228.093</u>
Total do ativo	<u>116.325</u>	<u>219.479</u>	<u>335.804</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12.958	-	12.958
Fornecedores	5.820	(343)	5.477
Impostos e contribuições a recolher	8.773	-	8.773
Salários e encargos sociais	5.641	-	5.641
Demais contas a pagar	16.453	-	16.453
	<u>49.645</u>	<u>(343)</u>	<u>49.302</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	21.304	-	21.304
Impostos diferidos	-	74.739	74.739
	<u>21.304</u>	<u>74.739</u>	<u>96.043</u>
Total do passivo	<u>70.949</u>	<u>74.396</u>	<u>145.345</u>
Patrimônio líquido			
Capital	73.358	-	73.358
Prejuízos acumulados	(27.982)	-	(27.982)
Ajustes avaliação patrimonial	-	145.083	145.083
	<u>45.376</u>	<u>145.083</u>	<u>190.459</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>116.325</u>	<u>219.479</u>	<u>335.804</u>

Investimento inicial	13.613
Valor justo (alocação do ágio)	<u>43.525</u>
	<u>57.138</u>
Preço de aquisição estimado	<u>165.390</u>
Ágio	<u>108.252</u>
Preço de aquisição estimado	165.390
Valor pago em 20/03/2013	(67.500)
Ajuste preço de aquisição em 31/12/2013	<u>(8.874)</u>
Valor a pagar estimado em abril/2014	<u>89.016</u>

Para estimar o preço de aquisição total, a Companhia projetou o EBITDA da Osklen com base em premissas de mercado.

O investimento na Osklen é mensurado usando-se o método da equivalência patrimonial por estar classificado como investimento controlado em conjunto.

	10 meses findos em 31/12/2013
Receita líquida	178.644
Custo dos produtos vendidos	(75.780)
Despesas com vendas	(54.534)
Despesas administrativas	(47.020)
Depreciação e amortização	(6.088)
Outras despesas/receitas operacionais	3.351
Resultado financeiro	(1.857)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>7.505</u>
Lucro líquido	<u>4.221</u>

Não existem compromissos não reconhecidos que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos.

A Companhia tem contratada a opção de compra para a aquisição de 30% adicionais do capital da Osklen por um período de 60 (sessenta) dias após o pagamento da 2ª parcela, pelo mesmo valor do preço de aquisição. O valor justo dessa opção não é relevante considerando que o exercício da mesma é com base no próprio valor justo proporcional da Osklen.

15. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Controladora					
		2013			2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	9.650	-	9.650	9.650	-	9.650
Edifícios e construções	4	253.653	(65.276)	188.377	124.539	(61.031)	63.508
Máquinas e equipamentos	8	295.798	(135.114)	160.684	216.122	(131.384)	84.738
Móveis e utensílios	10	36.595	(15.182)	21.413	28.696	(12.622)	16.074
Veículos	15	6.833	(2.163)	4.670	3.283	(2.209)	1.074
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	29.296	(12.926)	16.370	23.701	(9.287)	14.414
Projetos em andamento	-	101.291	-	101.291	174.866	-	174.866
Outros imobilizados	-	680	-	680	545	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	-	(600)	-	(600)	(1.099)	-	(1.099)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	-	-	-	(847)	-	(847)
Total		<u>733.196</u>	<u>(230.661)</u>	<u>502.535</u>	<u>579.456</u>	<u>(216.533)</u>	<u>362.923</u>

	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	Consolidado					
		2013			2012		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	13.887	-	13.887	14.503	-	14.503
Edifícios e construções	4	419.354	(172.353)	247.001	312.327	(182.988)	129.339
Máquinas e equipamentos	8	537.418	(328.390)	209.028	474.616	(340.123)	134.493
Móveis e utensílios	10	87.863	(59.018)	28.845	82.519	(60.619)	21.900
Veículos	15	9.006	(3.952)	5.054	5.547	(4.195)	1.352
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	37.595	(16.336)	21.259	28.692	(12.435)	16.257
Projetos em andamento	-	108.141	-	108.141	188.421	-	188.421
Outros imobilizados	-	3.694	-	3.694	4.384	-	4.384
Provisão para perdas ("impairment")	-	(12.645)	-	(12.645)	(15.433)	-	(15.433)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	-	-	-	(847)	-	(847)
Total		<u>1.204.313</u>	<u>(580.049)</u>	<u>624.264</u>	<u>1.094.729</u>	<u>(600.360)</u>	<u>494.369</u>

Informações adicionais sobre o imobilizado

(i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração da Companhia e de suas controladas não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado.

(ii) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$
Máquinas e equipamentos	83
Total	83

(iii) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia e suas controladas avaliaram inicialmente a recuperação do valor do ativo imobilizado para o encerramento do exercício de 2008, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para suas UGCs. Exceto para a avaliação feita para o encerramento do exercício de 2009, conforme detalhes a seguir, para os demais exercícios, incluindo 2013, o Grupo através da análise de fatores internos e externos às operações das Empresas não identificou indicativos de risco de realização; logo, nenhuma provisão foi registrada.

Para o exercício de 2009, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina registrou provisão para perdas dos ativos relacionados à operação têxtil, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de R\$12.645.

b) Intangível

Controladora							
	Taxa anual de amortização (%)	2013			2012		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.849	(17.652)	197	17.849	(17.652)	197
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	127.213	(76.001)	51.212	124.479	(60.503)	63.976
Carteira de clientes (i)	20	27.311	(26.370)	941	27.311	(20.729)	6.582
Sem vida útil definida:							
Projetos em andamento	-	16.005	-	16.005	2.505	-	2.505
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	4.063	-	4.063	4.063	-	4.063
Total		192.441	(120.023)	72.418	176.207	(98.884)	77.323

Consolidado							
	Taxa anual de amortização (%)	2013			2012		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	24.791	(17.652)	7.139	25.069	(17.652)	7.417
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	131.633	(79.426)	52.207	129.889	(65.086)	64.803
Cessão de direitos comerciais	-	3.211	(1.409)	1.802	3.424	(194)	3.230
Carteira de clientes (i)	20	33.417	(28.813)	4.604	31.571	(20.729)	10.842
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	919	-	919	919	-	919
Ágio na aquisição de controladas (ii)	-	150.130	-	150.130	150.130	-	150.130
Projetos em andamento	-	16.005	-	16.005	2.505	-	2.505
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	7.293	-	7.293	4.063	-	4.063
Total		367.399	(127.300)	240.099	347.570	(103.661)	243.909

- (i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias “Havaianas”) em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída sobre esses saldos.
- (ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por “impairment”. Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.a).
- (iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas “Timberland” e “Concept Havaianas”. Por tratar-se de ativos intangíveis comercializáveis eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por “impairment”.
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos exercícios, está assim representada:

2014	19.219
2015	16.788
2016	13.210
2017 em diante	16.535
Total	<u>65.752.</u>

Informações adicionais sobre o intangível

(i) *Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos*

	Consolidado	
	2013	2012
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado:	19.207	19.205

(ii) *Teste de redução ao valor recuperável do ágio*

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2013 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha "Brand Extention", franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método "Capital Asset Pricing Model - CAPM".

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Brasil

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	551,0
Perpetuidade (2)	3,6%
Taxa de desconto WACC (3)	13,4%

UGC - Argentina

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	73,7
Perpetuidade (2)	3,5%
Taxa de desconto WACC (3)	15,9%

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
2. Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
3. Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

c) Movimentação

	Controladora						Variação cambial/ Outras movim. (ii)	
	2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment		2013
Imobilizado								
Terrenos	9.650	-	-	-	-	-	-	9.650
Edifícios e construções	63.508	-	128.938	(4.263)	(41)	-	235	188.377
Máquinas e equipamentos	84.738	-	92.458	(15.278)	(1.443)	-	209	160.684
Móveis e utensílios	16.074	-	8.110	(2.747)	(34)	-	10	21.413
Veículos	1.074	-	3.860	(270)	(89)	-	95	4.670
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14.414	-	5.597	(3.641)	-	-	-	16.370
Projetos em andamento	174.866	167.784	(241.359)	-	-	-	-	101.291
Outros imobilizados	545	-	-	-	-	-	135	680
Provisão para perdas ("impairment")	(1.099)	-	-	-	-	499	-	(600)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	847	-
Total	362.923	167.784	(2.396)	(26.199)	(1.607)	499	1.531	502.535

	Controladora						Variação cambial/ Outras movim. (ii)	
	2012	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment		2013
Intangível								
Com vida útil definida:								
Sistema de gestão empresarial	63.976	-	2.734	(15.498)	-	-	-	51.212
Carteira de clientes	6.582	-	-	(5.641)	-	-	-	941
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	-	-	197
Projetos em andamento	2.505	13.838	(338)	-	-	-	-	16.005
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	-	-	-	4.063
Total	77.323	13.838	2.396	(21.139)	-	-	-	72.418
Total	440.246	181.622	-	(47.338)	(1.607)	499	1.531	574.953

Consolidado

	2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	Variação cambial/ Outras movim. (ii)	2013
Imobilizado								
Terrenos	14.503	-	-	-	(24)	-	(592)	13.887
Edifícios e construções	129.339	4.700	131.044	(8.195)	(1.029)	(113)	(8.745)	247.001
Máquinas e equipamentos	134.493	7.804	96.384	(22.883)	(1.455)	(56)	(5.259)	209.028
Móveis e utensílios	21.900	5.104	8.115	(5.682)	(195)	(46)	(351)	28.845
Veículos	1.352	247	3.860	(343)	(104)	-	42	5.054
Benfeitoria em imóveis de terceiros	16.257	2.327	6.161	(4.328)	(19)	-	861	21.259
Projetos em andamento (iii)	188.421	168.966	(247.943)	-	-	(222)	(1.081)	108.141
Outros imobilizados	4.384	-	-	-	(564)	-	(126)	3.694
Provisão para perdas ("impairment")	(15.433)	-	-	-	-	936	1.852	(12.645)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	(847)	-	-	-	-	-	847	-
Total	494.369	189.148	(2.379)	(41.431)	(3.390)	499	(12.552)	624.264

Consolidado

	2012	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/ Outras movim. (ii)	2013
Intangível								
Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	7.417	-	-	(1.586)	-	-	1.308	7.139
Sistemas de gestão empresarial	64.803	724	2.777	(16.232)	-	-	135	52.207
Cessão de direitos comerciais	3.230	1.609	(60)	(644)	-	-	897	5.032
Carteira de clientes	10.842	-	-	(6.759)	-	-	521	4.604
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	919	-	-	-	-	-	-	919
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	-	150.130
Projetos em andamento (iii)	2.505	13.838	(338)	-	-	-	-	16.005
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	-	-	-	4.063
Total	243.909	16.171	2.379	(25.221)	-	-	2.861	240.099
Total	738.278	205.319	-	(66.652)	(3.390)	499	(9.691)	864.363

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior e outros valores incorporados ao ativo imobilizado que são: R\$847 referente a doação

do terreno da nova fábrica de Montes Claros – MG, anteriormente classificado como subvenção governamental e; R\$135 referentes a imóveis recebidos em ações judiciais contra clientes.

- (iii) Os saldos registrados na rubrica “Projetos em andamento” referem-se aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$ 72.888; (2) investimentos em infra-estrutura e TI, com investimento de R\$ 14.450; (3) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$24.264; (4) Internacionalização de Havaianas R\$1.388 e (5) Demais projetos R\$11.156.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Nacionais	183.590	181.043	197.894	198.220
Estrangeiros	120.184	99.797	186.161	160.859
Total	303.774	280.840	384.055	359.079

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. Empréstimos e financiamentos

				Controladora		Consolidado	
		Indexador e taxa anual de juros		2013	2012	2013	2012
		Moeda					
<u>Denominados em reais:</u>							
FNE (BNB)	(a)		3,66%	144.571	43.361	144.571	43.361
Finame			3,08%	41.482	6.898	41.564	6.898
			Cesta de moeda e TJLP + 7,02%				
Finem (BNDES)	(b)			-	3.775	-	3.775
Exim (BNDES)	(c)		8,00%	100.934	30.498	100.934	30.498
NCE (Exim – Compulsório)	(d)		7,46%	35.339	-	35.339	-
Cessão de crédito de recebíveis	(e)		10,75%	64.825	49.650	64.825	49.650
Total em reais				<u>387.151</u>	<u>134.182</u>	<u>387.233</u>	<u>134.182</u>
<u>Denominados em moeda estrangeira:</u>							
“Working capital” - Alpargatas EUA	(f)	US\$	1,10%	-	-	52.052	73.532
“Working capital” - Alpargatas Europa	(f)	€	2,52%	-	-	-	7.241
“Working capital” - Alpargatas International APS	(f)	€	1,71%	-	-	-	10.807
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		AR\$	22,00%	-	-	62	79
“Working capital” - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	(g)	AR\$	22,29%	-	-	117.487	72.912
Total em moeda estrangeira				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>169.601</u>	<u>164.571</u>
Total geral				<u>387.151</u>	<u>134.182</u>	<u>556.834</u>	<u>298.753</u>
Passivo circulante				111.609	69.601	275.311	188.406
Passivo não circulante				275.542	64.581	281.523	110.347

- (a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente desde 2008, com previsão de liquidação em dez anos. Em 26 de dezembro de 2012 e 3 de maio de 2013, a Companhia assinou outros dois contratos de financiamento com o BNB no limite de R\$ 148.498 destinados a apoiar o investimento na fábrica de Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As

amortizações serão pagas mensalmente durante oito anos no período de janeiro de 2015 a maio de 2023. As liberações das parcelas dos contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolsos dos investimentos. As garantias estão suportadas por carta de fiança bancária.

- (b) Em setembro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento de R\$22.200 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral em outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.
- (c) Em setembro de 2012 e agosto de 2013, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 30.000 e R\$ 70.000, respectivamente, referentes ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré Embarque assinado com os banco Alfa de Investimentos, Bradesco e Itaú-Unibanco. Os recursos têm o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige ao final da operação a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Os financiamentos serão amortizados em seis parcelas, com vencimentos entre 2014 e 2015.
- (d) Em fevereiro e julho de 2013, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 25.000 e R\$ 10.000, respectivamente, referentes a Nota de Crédito à Exportação – NCE assinando com o Banco Itaú-Unibanco. A linha de crédito é semelhante à operação de BNDES-EXIM Pré Embarque e também exige ao final da operação a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Os financiamentos serão amortizados em parcelas únicas no seu vencimento em 2016.
- (e) Em outubro de 2010 a Companhia assinou com o Banco Santander convênio de cessão de crédito. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.
- (f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.
- (g) Os empréstimos e financiamentos captados pela Alpargatas S.A.I.C na Argentina são utilizados no capital de giro da operação. Apenas dois empréstimos com o BBVA Banco Francês no valor total de R\$ 94.180 possuem aval da Alpargatas S.A. As demais operações não possuem “covenants” ou garantias.

Os demais empréstimos estão garantidos por Notas Promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas, com exceção das operações de “working capital” da Alpargatas S.A.I.C. – Argentina.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	45.324	-	86.930
2015	103.557	15.324	108.061	19.483
2016	56.530	2.454	57.942	2.454
2017	20.263	1.187	20.308	1.188
2018	19.274	264	19.294	264
2019 em diante	75.918	28	75.918	28
Total	<u>275.542</u>	<u>64.581</u>	<u>281.523</u>	<u>110.347</u>

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

18. Obrigações negociadas de controladas

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão ratificada pela Assembléia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas na conta "Obrigações negociadas", no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$10.942 e R\$50.731, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 (R\$11.687 e R\$60.773 em 31 de dezembro de 2012), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$36.577 e R\$46.439, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa, a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na conta "Despesas financeiras" no consolidado e totalizaram R\$3.892 no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.092 referente ao mesmo período de 2012).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 31 de dezembro de 2013, as reversões previstas para os próximos exercícios referentes ao ajuste a valor presente, são demonstradas como segue:

2014	3.503
2015	3.364
2016	3.240
2017 em diante	26.470
Total	<u>36.577</u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2014	8.308
2015	6.871

2016 em diante	35.552
Total	<u>50.731</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2012	72.460
Juros	10.141
Variação cambial	(9.771)
Pagamento	<u>(11.157)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>61.673</u>

19. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	6.248	3.516	5.947	3.433
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o				
Financiamento da Seguridade Social – COFINS	5.137	5.341	5.390	5.435
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	537	337	537	337
Imposto de renda e contribuição social	1.673	-	2.532	-
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Imposto de renda	-	-	1.544	149
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA	-	-	2.921	395
Outros impostos	-	-	1.499	1.359
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha - Imposto sobre Valor				
Adicionado – IVA	-	-	-	517
Brasil Maior	2.207	-	2.359	-
Outros	1.363	1.837	2.540	1.871
	<u>17.165</u>	<u>11.031</u>	<u>25.269</u>	<u>13.496</u>

20. Provisões e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
“Royalties” a pagar	29.070	17.735	29.070	17.735
Provisão para fretes a pagar	10.209	11.670	10.452	11.778
Propagandas a pagar	7.409	3.326	7.409	3.326
Comissões a pagar	5.229	5.074	5.639	5.304
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros,				
concessionárias e outras)	9.995	6.601	40.293	22.074
Total	<u>61.912</u>	<u>44.406</u>	<u>92.863</u>	<u>60.217</u>

21. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	Controladora	
	2013	2012
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	1.520	4.708
Alpargatas Internacional APS	(24)	(20)
Alpargatas Imobiliária S.A.	(333)	(152)
Total	<u>1.163</u>	<u>4.536</u>

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades, não havendo incidência de encargos financeiros.

b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

		Controladora		Controladora e consolidado	
		Contas a receber		Contas a pagar	
		2013	2012	2013	2012
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	(ii)	8.288	12.232	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	(ii)	22.166	10.773	-	-
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina		876	891	-	-
CBS S.A. – Companhia Brasileira de Sandálias		18	-	-	-
Grupo Camargo Corrêa	(iii)	-	-	7	338
Total		<u>31.348</u>	<u>23.896</u>	<u>7</u>	<u>338</u>

c) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Juros sobre capital próprio	2.135	1.725

d) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

		Venda de produtos/serviços			Compra de produtos/serviços	
		2013	2012		2013	2012
Alpargatas S.A.	(i)	59.125	58.676	(iv)	22.197	21.503
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos		-	-	(i)	9.383	18.954
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha		-	-	(i)	42.117	39.706
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina		2.712	-	(i)	-	16
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	(iv)	4.088	5.785		7.625	-
Grupo Camargo Corrêa (controlador):						
Aluguéis e condomínio	(iv)	-	595		-	-
Serviços compartilhados - CSC	(iv)	12.592	13.028		-	-
Projetos corporativos	(iv)	2.752	2.064		-	-
Outras		53	31		-	-
		<u>81.322</u>	<u>80.179</u>		<u>81.322</u>	<u>80.179</u>

- (i) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca "Havaianas" para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (ii) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (i), cujos recebimentos ocorrerão entre janeiro e junho de 2014.
- (iii) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (iv).

- (iv) Compreendem substancialmente custos com serviços corporativos compartilhados, tais como de telefonia, de seguros, administrativos e de tecnologia da informação, cuja prestação está celebrada em contrato com o Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa. Incluem também as vendas de produtos semi acabados da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias para a controladora.

Em 31 de dezembro de 2013, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

		2013				
		Remuneração			Outorga de opções	
		Variável			Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
		Fixa	(i)	Total		
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores		2.580	-	2.580	-	-
		6.042	4.995	11.037	4.163.122	5,80
		8.622	4.995	13.617	4.163.122	
		2012				
		Remuneração			Outorga de opções	
		Variável			Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
		Fixa	(i)	Total		
Conselhos de Administração e Fiscal Diretores		2.803	-	2.803	-	-
		4.824	4.687	9.511	4.833.910	6,23
		7.627	4.687	12.314	4.833.910	

- (i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.
- (ii) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("non-vested"), não exercidas, na data do balanço.
- (iii) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 28 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$2.587 (R\$2.033 em 31 de dezembro de 2012).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$420 (R\$377 em 31 de dezembro de 2012) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2013 na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2013 foi de R\$13.441.

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Reclamações trabalhistas	(a)	14.681	16.331	24.620	22.679
Processos tributários	(b)	9.279	9.328	12.745	14.766
Depósitos judiciais	(b)	(4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Processos cíveis		3.722	3.356	4.083	3.885
		<u>23.503</u>	<u>24.836</u>	<u>37.269</u>	<u>37.151</u>
Parcela do circulante		4.201	5.851	6.755	11.383
Parcela do não circulante		19.302	18.985	30.514	25.768

- (a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo avaliado como perda provável.
- (b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.844. O processo encontra-se aguardando decisão em última instância administrativa.; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$5.100, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$4.179.

Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.331	9.328	3.356	(4.179)	24.836
Complementos	6.304	95	372	-	6.771
Reversões	-	(133)	-	-	(133)
Pagamentos	(7.954)	(11)	(6)	-	(7.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>14.681</u>	<u>9.279</u>	<u>3.722</u>	<u>(4.179)</u>	<u>23.503</u>

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	22.679	14.766	3.885	(4.179)	37.151
Complementos	11.742	95	372	-	12.209
Reversões	-	(191)	-	-	(191)
Pagamentos/Variação cambial	(9.801)	(1.925)	(174)	-	(11.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>24.620</u>	<u>12.745</u>	<u>4.083</u>	<u>(4.179)</u>	<u>37.269</u>

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	9.008	8.723
CSLL e IRPJ (b)	9.935	9.573
Royalties (c)	49.243	53.090
IPI (d)	40.003	38.424
Outras	15.773	10.590
	<u>123.962</u>	<u>120.400</u>
Cíveis (ações indenizatórias)	<u>6.013</u>	<u>5.732</u>

- (a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (b) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
- (c) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a títulos de royalties, no período de 2007 a 2010.
- (d) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em dezembro de 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Em novembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou tal decisão, oportunidade no qual os assessores jurídicos da Companhia passaram a avaliar a ação com prognóstico de perda remoto. Em junho de 2013, o STJ afastou a extinção do processo e determinou o retorno dos autos à primeira instância, para julgamento de seu mérito. A Companhia aguarda julgamento dos Embargos de Divergência opostos em setembro de 2013.

23. Tributos com exigibilidade suspensa

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	32.323	31.226
Depósitos judiciais	(32.323)	(31.226)
(a)	-	-
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	142.137	111.391
Depósitos judiciais	(11.809)	(10.942)
(b)	130.328	100.449
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	-	10.498
(c)	-	10.498
Outros	3.283	3.162
Total	133.611	114.109

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica “Despesas financeiras” no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente. A Companhia passou a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006.

A Lei nº 11.941/09 revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. A decisão do STF possibilitou a reversão da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2013 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2013, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

- (c) A Companhia ajuizou ação objetivando a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ, tendo obtido liminar para tanto, posteriormente confirmada por sentença de primeira instância, o que veio a suspender a exigibilidade dos valores controversos. Recentemente, a Companhia obteve decisão desfavorável em segunda instância, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal julgou o *leading case* (RE nº 582.525) deste assunto em sede de repercussão geral de forma desfavorável aos contribuintes. Por isso, em 2013, efetuou a liquidação dos passivos anteriormente registrados utilizando-se dos créditos das antecipações de IRPJ efetuadas, que foram homologados administrativamente pela RFB.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa – controladora e consolidado

	2012	Atualizações	Complementos/ (Reversões)	2013
PIS/COFINS	31.226	1.097	-	32.323
Depósitos judiciais	(31.226)	(1.097)	-	(32.323)
	-	-	-	-
COFINS – ICMS	111.391	8.159	22.587	142.137
Depósitos judiciais	(10.942)	(867)	-	(11.809)
	100.449	7.292	22.587	130.328
IRPJ – exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	10.498	742	(11.240)	-
	10.498	742	(11.240)	-
Outros	3.162	121	-	3.283
Total	114.109	8.155	11.347	133.611

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2013 era de R\$624.610, após aumento com a integralização do valor destinado como reserva de lucros de 2007, aprovado em 24 de abril de 2013, com a emissão de 38.880.147 novas ações, sendo 19.967.649 ações ordinárias e 18.912.498 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas em 24 de abril de 2013.

Em razão da bonificação ocorrida em 30 de abril de 2013 o número de total de ações passou a ser representado por 427.681.615 ações escriturais sem valor nominal, sendo 219.644.137 ordinárias e 208.037.478 preferenciais.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 439.288.274 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2013:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	147.133.071	66,99	41.571.897	19,98	188.704.968	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	43.564.461	19,83	8.744.459	4,20	52.308.920	12,23
Demais acionistas	28.946.605	13,18	157.721.122	75,82	186.667.727	43,65
Total	219.644.137	100,00	208.037.478	100,00	427.681.615	100,00

Em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	133.757.338	66,99	37.792.634	19,98	171.549.972	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	39.560.580	19,81	7.948.700	4,20	47.509.280	12,22
Conselho Fiscal	24.200	0,01	222.200	0,12	246.400	0,06
Demais acionistas	26.334.370	13,19	143.161.446	75,70	169.495.816	43,60
Total	199.676.488	100,00	189.124.980	100,00	388.801.468	100,00

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2013 foi deliberado o plano para recompra de até 10.483.762 ações preferenciais e até 7.251.107 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, teve início no dia 9 de dezembro de 2013 e terminará no dia 5 de dezembro de 2014. A Companhia não adquiriu ações preferenciais e nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 7 de dezembro de 2012, que compreendia o período de 10 de dezembro de 2012 a 6 de dezembro de 2013.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a conta "Ações em tesouraria" registrou a seguinte movimentação:

Movimentação:

	Quantidade	Custo médio - R\$
Em 31 de dezembro de 2012	5.602.542	7,64
Alienadas (*)	1.206.007	7,80
Aquisições (*)	(1.206.007)	(14,44)
Bonificação de ações	560.254	(0,69)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.162.796	8,87

(*)Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

Em 2013 e 2012, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	2013	2012
Lucro Líquido do exercício da controladora	310.011	279.983
Constituição da reserva para incentivos fiscais	(145.393)	(146.348)
Valor disponível para distribuição	164.618	133.635
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	41.155	33.409
Proposta da administração:		
Juros sobre o capital próprio	85.100	85.000
Dividendos	32.700	25.300
	117.800	110.300
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,19759	0,21706
Ações preferenciais	0,21736	0,23876
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,07403	0,06300
Ações preferenciais	0,08143	0,06931

Em 14 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 23 de abril de 2014, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$32.700, que, somados aos R\$85.100 de juros sobre capital próprio pagos durante 2013, correspondem a R\$ 117.800.

d) Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria

Refere-se ao ágio ou deságio gerado na venda de ações em tesouraria principalmente decorrente do exercício das opções dos planos de outorga descritos na nota explicativa nº 28.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

25. Informações sobre segmentos de negócios

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa que a Companhia detêm 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

- Operações Nacionais:
 - Brasil: 70,6%
- Operações Internacionais:
 - Argentina: 17,6%
 - Europa, Estados Unidos e Exportações: 11,8%

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das informações contábeis consolidadas.

As informações estão demonstradas a seguir:

2013						
Contas de resultado	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.417.811	308.305	(47.761)	72.594	(9.438)	(39.932)
Operações internacionais:						
Argentina	603.863	(28.980)	(10.877)	(47.500)	(842)	9.916
Europa/Estados Unidos/Exportações	404.285	57.773	(8.014)	8	7.195	(7.637)
Grupo Tavex S.A.	-	(27.087)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(248)	-	-	-	-
Consolidado	3.425.959	309.763	(66.652)	25.102	(3.085)	(37.653)

2012						
Contas de resultado	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.162.247	283.035	(42.568)	43.018	(3.120)	(33.670)
Operações internacionais:						
Argentina	524.348	11.858	(10.651)	(34.557)	1.376	15.186
Europa/Estados Unidos/Exportações	320.387	27.954	(6.979)	(1.760)	3.137	(833)
Grupo Tavex S.A.	-	(42.864)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	553	-	-	-	-
Consolidado	3.006.982	280.536	(60.198)	6.701	1.393	(19.317)

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	2013			2012		
	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	Adição ativo imob. e intangível
Contas patrimoniais						
Operações nacionais:						
Brasil	2.684.691	1.087.366	183.635	2.166.954	680.299	191.682
Operações internacionais:						
Argentina	413.080	309.736	16.222	402.845	255.579	9.880
Europa / Estados Unidos/Exportações	170.325	130.431	5.462	137.561	143.953	3.948
Grupo Tavex S.A.	16.247	-	-	33.369	-	-
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A. – Osklen	77.641					
Consolidado	3.361.984	1.527.533	205.319	2.740.729	1.079.831	205.510

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.782.130	2.537.800	2.919.755	2.673.123
Mercado externo	214.689	207.506	1.197.742	1.013.398
	<u>2.996.819</u>	<u>2.745.306</u>	<u>4.117.497</u>	<u>3.686.521</u>
Devoluções e cancelamentos	(58.189)	(55.443)	(110.872)	(108.741)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(415.080)</u>	<u>(431.585)</u>	<u>(580.666)</u>	<u>(570.798)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.523.550</u>	<u>2.258.278</u>	<u>3.425.959</u>	<u>3.006.982</u>

27. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos produtos vendidos:				
Matérias primas	1.069.090	944.555	1.333.883	1.152.276
Salários, encargos e benefícios	266.972	239.243	494.391	440.684
Depreciação	19.559	16.077	30.794	27.035
Hedge Accounting	7.927	-	7.927	-
Outros custos	<u>61.628</u>	<u>55.370</u>	<u>138.395</u>	<u>114.181</u>
Total	<u>1.425.176</u>	<u>1.255.245</u>	<u>2.005.390</u>	<u>1.734.176</u>
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	78.665	75.543	129.751	122.640
Participação nos resultados	9.468	7.160	13.492	10.283
Frete	89.811	81.878	117.816	104.477
Propaganda e publicidade	220.537	211.043	281.772	266.749
Comissões	20.251	16.032	38.318	29.768
Acordo de clientes	16.652	16.814	17.219	17.556
Depreciação	3.427	3.140	5.285	5.588
Royalties	46.001	35.511	47.293	37.388
Serviços de terceiros	18.200	11.645	33.299	24.164
Aluguéis/Leasing	12.537	11.978	23.200	19.272
Desp. com viagens	5.356	4.995	9.031	8.297
Desp. com armazenagem	3.786	2.977	18.434	25.933
Seguros de transporte	6.523	6.724	8.977	9.501
Outras	<u>62.715</u>	<u>56.706</u>	<u>79.372</u>	<u>64.336</u>
	<u>593.929</u>	<u>542.146</u>	<u>823.259</u>	<u>745.952</u>
Gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	78.337	58.151	95.582	74.324
Honorários dos administradores (nota explicativa nº 21.e))	12.427	9.925	13.617	12.314
Serviços de terceiros	21.552	28.307	27.622	32.919
Depreciação	3.240	2.435	5.400	4.139
Outras	<u>34.924</u>	<u>28.247</u>	<u>34.100</u>	<u>28.042</u>
	<u>150.480</u>	<u>127.065</u>	<u>176.321</u>	<u>151.738</u>

28. Programas de opção de compra de ações

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus empregados, por meio de um programa aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011 com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas. Os planos são administrados pela área de Recursos Humanos da Companhia.

Critérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e de 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com “vesting” de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com “vesting” de 30% no terceiro ano (janela de exercício de dois meses), 30% no quarto ano (janela de exercício de dois meses) e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Para os programas de 2010 a 2012, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos planos 2006-2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada “tranche”, sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esses programas, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho baseadas em indicadores de resultados internos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

- (i) Programas de 2002 a 2005: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- (ii) Programas de 2006 a 2009: preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.
- (iii) Programa de 2010 a 2012: preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BMF&BOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

Evolução dos planos de opção de compra de ações

Para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2013, e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, segue a evolução dos planos de opção de compra de

ações. As quantidades e os preços informados em 31 de dezembro de 2012 foram ajustados em razão da bonificação de 1:10 aprovada na AGE de 24 de abril de 2013.

	2013		2012	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado R\$
Opções em circulação no início do período/exercício	4.833.910	6,23	4.644.533	4,58
Opções concedidas	687.710	2,20	1.026.939	2,28
Opções exercidas	(1.206.007)	14,44	(480.612)	6,54
Opções canceladas	(152.491)	2,50	(356.950)	4,34
Opções em circulação no fim do período/exercício	4.163.122	5,8	4.833.910	6,23

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

	Opções em circulação			
	Opções não exercidas no fim do exercício / período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício R\$	Opções exercíveis no fim do exercício / período
31 de dezembro de 2013	4.163.122	54	1,51-13,19	1.066.784
31 de dezembro de 2012	4.833.910	50	1,43-13,19	1.590.472

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

	2013			
Data da outorga	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2004	86.152	6	1,51	86.152
1º de julho de 2005	497.842	18	2,13	497.842
1º de julho de 2009	796.664	8	3,75	377.520
1º de julho de 2010	534.699	54	5,13	105.270
1º de julho de 2011	841.050	66	9,2	-
1º de julho de 2012	719.005	78	13,19	-
1º de julho de 2013	687.710	90	13,19	-
Total	4.163.122	54	1,51-13,19	1.066.784

	2012			
Data da outorga	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício (R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2004	86.152	18	1,43	86.152
1º de julho de 2005	1.075.980	30	2,02	1.075.980
1º de julho de 2008	423.500	8	5,53	239.580
1º de julho de 2009	922.262	20	3,54	188.760
1º de julho de 2010	613.470	66	5,14	-
1º de julho de 2011	875.446	78	9,20	-

1º de julho de 2012	837.100	90	13,19	-
Total	4.833.910	50	1,43-13,19	1.590.472

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Binomial”. A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$2.587 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contra R\$2.033 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2010) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2013 foi estimado em R\$7,29. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo “Hull-White” com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação	14,62
Preço de exercício	13,19
Volatilidade esperada	37,5%
Dividendos esperados	2,0%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	8,0%
Taxa de rotatividade (“post-vesting”)	0%
Valor justo	7,29

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

- (i) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2013.
- (ii) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários considerou-se a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2013, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

Valores expressos em reais:

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado	5,80	5,80
Número de ações preferenciais do capital social	208.037.478	208.037.478
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	201.874.681	201.874.681
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	4.163.122	14.520.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação	4,35	4,35
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções	4,26	4,05
Diluição do valor patrimonial por ação	0,09	0,30
Diluição percentual	2,00%	6,98%

29. Benefícios a colaboradores

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 31 de dezembro de 2013, é de R\$914 (R\$886 em 31 de dezembro de 2012).

Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

a) Planos de Previdência Alpaprev

Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de “benefício definido”, totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano “Super Prev”, estruturado na modalidade de “contribuição definida”, para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

b) Plano de Benefícios da São Paulo Alpargatas - HSBC

Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Em 7 de março de 2013 foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Privada (PREVIC) a incorporação do Plano de Benefícios da São Paulo Alpargatas pelo Plano de Previdência Alpaprev, sendo que o resultado deste plano passou a ser reportado juntamente com o Plano de Previdência Alpaprev.

c) Plano informal de aposentadoria para ex-funcionários

A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

d) Plano de assistência médica a aposentados

A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.

Os valores atuariais estão destacados a seguir:

	2013				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	38.198	566	274	796	39.834
Custo do serviço	850	-	-	-	850
Custo dos juros	2.972	-	20	62	3.054
Fluxo de caixa - benefício pago	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/ (redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	566	(566)	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras / demográficas	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano	996	-	(83)	111	1.024
Obrigação de benefício definido no final do ano	32.402	-	162	753	33.317
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	43.033	4.247	-	-	47.280
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	3.681	-	-	-	3.681
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa	(3.511)	-	22	56	(3.433)
Fluxos de caixa - benefício pago	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	4.247	(4.247)	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	(3.808)	-	-	-	(3.808)
Valor justo do ativo do plano no final do ano	41.199	-	-	-	41.199
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior	740	83	-	-	823
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	66	-	-	-	66
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	7.908	-	-	-	7.908
Efeito da mudança de taxa de câmbio	83	(83)	-	-	-
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano	8.797	-	-	-	8.797
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa					
Obrigação de benefício definido	32.402	-	162	753	33.317
Valor justo do ativo do plano	(41.199)	-	-	-	(41.199)
Situação financeira do plano	(8.797)	-	162	753	(7.882)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	8.797	-	-	-	8.797
Passivo/(Ativo) líquido	-	-	162	753	915
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido					
Custo do serviço	850	-	-	-	850
Custo líquido dos juros	(643)	-	20	62	(561)

	2013				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	207	-	20	62	289
Efeito da alteração de premissas financeiras	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano	996	-	(83)	111	1.024
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	3.808	-	-	-	3.808
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	7.908	-	-	-	7.908
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	4.182	-	(90)	13	4.105
F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(4.095)	(3.598)	274	796	(6.623)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	207	-	20	62	289
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Transferência líquida entrada/(saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação)	(3.598)	3.598	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa	3.511	-	(22)	(56)	3.433
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano	-	-	162	753	915
G. Segregação da obrigação de benefício definido					
Ativos e auto patrocinados	8.111	-	-	-	8.111
Aposentados e pensionistas	24.291	-	162	753	25.206
Total	32.402		162	753	33.317
H. Valor justo do ativo					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	1.914	-	-	-	1.914
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo)	28.463	-	-	-	28.463
Outros	2.025	-	-	-	2.025
Total	32.402				32.402

	2012				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	29.877	497	1.312	1.305	32.991
Custo do serviço	575	-	(1.163)	(551)	(1.139)
Custo dos juros	2.949	48	121	122	3.240
Fluxo de caixa - benefício pago	(2.456)	(80)	(289)	(124)	(2.949)
Aumento/ (redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras / demográficas	6.107	60	97	99	6.363
Efeito da experiência do plano	1.146	41	196	(55)	1.328
Obrigação de benefício definido no final do ano	38.198	566	274	796	39.834
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	38.913	3.802	-	-	42.715
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	3.884	390	-	-	4.274
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa	788	-	289	124	1.201
Fluxos de caixa - benefício pago	(2.456)	(80)	(289)	(124)	(2.949)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	1.904	135	-	-	2.039
Valor justo do ativo do plano no final do ano	43.033	4.247	-	-	47.280
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior	6.215	142	-	-	6.357
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	643	15	-	-	658
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	(6.118)	(74)	-	-	(6.192)
Efeito da mudança de taxa de câmbio	-	-	-	-	-
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano	740	83	-	-	823
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa					
Obrigação de benefício definido	38.198	566	274	796	39.834
Valor justo do ativo do plano	(43.033)	(4.247)	-	-	(47.280)
Situação financeira do plano	(4.835)	(3.681)	274	796	(7.446)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	740	83	-	-	823
Passivo/(Ativo) líquido	(4.095)	(3.598)	274	796	(6.623)

	2012				
	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido					
Custo do serviço	575	-	(1.163)	(551)	(1.139)
Custo líquido dos juros	(292)	(327)	121	122	(376)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	283	(327)	(1.092)	(429)	(1.515)
Efeito da alteração de premissas financeiras	6.107	60	97	99	6.363
Efeito da experiência do plano	1.146	41	196	(55)	1.328
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	(1.904)	(135)	-	-	(2.039)
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	(6.118)	(74)	-	-	(6.192)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(769)	(108)	293	44	(540)
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	(486)	(435)	(749)	(385)	(2.055)
F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(2.821)	(3.163)	1.312	1.305	(3.367)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	283	(327)	(1.042)	(429)	(1.515)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(769)	(108)	293	44	(540)
Transferência líquida entrada/(saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação)	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa	(788)	-	(289)	(124)	(1.201)
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano	(4.095)	(3.598)	274	796	(6.623)
G. Segregação da obrigação de benefício definido					
Ativos e auto patrocinados	8.949	-	-	-	8.949
Aposentados e pensionistas	29.249	566	274	796	30.885
Total	38.198	566	274	796	39.834
H. Valor justo do ativo					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	5.234	78	-	-	5.312
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo)	30.804	456	-	-	31.260
Outros	2.160	32	-	-	2.192
Total	38.198	566	-	-	38.764

(*) Esses ativos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia por não haver evidência de reembolso ou abatimento de contribuições futuras.

As premissas e hipóteses adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial foram as seguintes:

	2013					2012			
	Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica		Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica
I. Principais premissas atuariais									
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido:									
- Taxa nominal de desconto	11,56%	N/A	11,56%	11,56%		8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A		7,74%	7,74%	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	5,00%		4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	5,00%		4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
Média ponderada de premissas para determinar o custo/(receita) do benefício definido:									
- Taxa nominal de desconto	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%		10,35%	10,35%	10,35%	10,35%
- Taxa nominal de crescimento salarial	7,74%	7,74%	N/A	N/A		7,74%	7,74%	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,60%	4,60%	4,60%	4,60%		4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,60%	4,60%	4,60%	4,60%		4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:									
- Aposentadoria hoje (idade atual de 65 anos)	19,55	N/A	19,55	19,55		19,55	19,55	19,55	19,55
- Aposentadoria daqui à 25 anos (idade atual 40 anos)	19,55	N/A	19,55	19,55		19,55	19,55	19,55	19,55
J. Hipóteses atuariais									
Reajuste real de benefício do plano	0,00%	N/A	0,00%	N/A		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade de salários e benefícios	0,98	N/A	0,98	N/A		0,98	0,98	0,98	N/A
Tábua de mortalidade	AT-2000	N/A	AT-2000	AT-2000		AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	N/A	N/A	N/A		Mercer Disability	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	N/A	N/A	N/A		IAPB-57	N/A	N/A	N/A
Aposentadoria	Mercer Retirement	N/A	N/A	N/A		Mercer Retirement	N/A	N/A	N/A
Rotatividade	Mercer Service	N/A	N/A	N/A		Mercer Service	N/A	N/A	N/A
Inflação médica	N/A	N/A	N/A	3,00%		N/A	N/A	N/A	3,00%
Crescimento em função da idade	N/A	N/A	N/A	Por faixa etária: 0 a 24 anos: 0,50% a.a. ; 25 a 54: 2,00% a.a. ; 55 a 79: 4,50% a.a. ; +80: 3,00% a.a.		N/A	N/A	N/A	Por faixa etária: 0 a 24 anos: 0,50% a.a. ; 25 a 54: 2,00% a.a. ; 55 a 79: 4,50% a.a.; +80: 3,05% a.a.

A análise de sensibilidade quantitativa em relativas às hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada a seguir:

	Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica
K. Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas				
Taxa nominal de desconto - 0,50%	33.728	N/A	167	780
Premissa adotada na análise	11,06%	N/A	11,06%	11,06%
Média ponderada da <i>duration</i> da obrigação de benefício definido (anos)	8,02	N/A	6,08	7,05
Taxa nominal de desconto + 0,50%	31.169	N/A	158	729
Premissa adotada na análise	12,06%	N/A	12,06%	12,06%
Média ponderada da <i>duration</i> da obrigação de benefício definido (anos)	7,76	N/A	5	6,48
L. Fluxos de caixa esperados para os próximos anos				
Contribuição esperada a ser paga pela empresa	884	N/A	N/A	N/A
Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano				
- Ano 1	3.248	N/A	23	64
- Ano 2	3.010	N/A	25	72
- Ano 3	3.142	N/A	26	82
- Ano 4	3.299	N/A	27	92
- Ano 5	3.374	N/A	29	104
- Próximos 5 anos	19.368	N/A	165	763
Os valores atuariais esperados para o exercício de 2014 são:				
A. Componentes do custo/(receita) de benefício definido				
Custo do serviço	747	N/A	-	-
Custo dos juros	(51)	N/A	17	83
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	696	N/A	17	83
B. Hipóteses usadas para determinar o custo/(receita) de benefício definido				
- Taxa nominal de desconto	11,56%	N/A	11,56%	11,56%
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	5,00%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	5,00%

30. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	45.174	50.514	49.824	54.791
Juros ativos	3.911	4.858	4.617	5.206
Outras	1.105	1.494	1.104	1.771
	<u>50.190</u>	<u>56.866</u>	<u>55.545</u>	<u>61.768</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(10.442)	(5.948)	(33.182)	(17.735)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(10.141)	(10.523)
IOF	(502)	(444)	(3.238)	(3.069)
Imposto sobre operações bancárias (Argentina)	-	-	(7.399)	(8.207)
Atualização monetária sobre impostos	(7.612)	(5.532)	(7.612)	(5.532)
Despesas bancárias	(6.202)	(4.806)	(10.266)	(7.136)
Outras	(1.030)	(428)	(3.542)	(2.865)
	<u>(25.788)</u>	<u>(17.158)</u>	<u>(75.380)</u>	<u>(55.067)</u>
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos	84.732	-	84.732	-
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos	(39.795)	-	(39.795)	-
	<u>44.937</u>	<u>-</u>	<u>44.937</u>	<u>-</u>
	<u>69.339</u>	<u>39.708</u>	<u>25.102</u>	<u>6.701</u>

31. Variação cambial líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Variação cambial ativa	30.162	16.771	32.078	19.189
Variação cambial passiva	(33.732)	(13.184)	(35.163)	(17.796)
	<u>(3.570)</u>	<u>3.587</u>	<u>(3.085)</u>	<u>1.393</u>

32. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outras receitas operacionais:				
Crédito Eletrobrás (a)	-	7.726	-	7.726
Impostos s/ receita operacional	(474)	(1.426)	(489)	(1.443)
Resultado na venda de imóveis (Argentina)	-	-	4.762	17.640
Receita na venda de marca (Argentina)	-	-	-	5.031
Venda de sucata	796	1.274	834	1.327
Receita de taxa de franquia	1.377	1.804	1.377	1.804
Ajuste aquisição OSKLEN	8.874	-	8.874	-
Outras	3.705	970	5.499	3.264
	<u>14.278</u>	<u>10.348</u>	<u>20.857</u>	<u>35.349</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(21.009)	(20.496)	(25.074)	(23.944)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(6.560)	(9.095)	(11.997)	(8.549)
Reestruturação Argentina	-	-	(7.714)	(17.370)
Despesas com outorga de ações	(2.587)	(2.033)	(5.438)	(5.098)
Incentivo a cultura	(1.133)	(1.060)	(1.133)	(1.060)
Despesas pré-operacionais fábrica nova Montes Claros	(13.375)	-	(13.375)	-
Despesas com aquisições	(5.043)	(4.127)	(5.043)	(4.127)
Indenizações Brasil	(1.987)	(2.843)	(1.987)	(2.843)
Serviços de terceiros	(4.972)	(2.490)	(4.972)	(2.490)
Outras	(11.712)	(10.686)	(12.627)	(10.361)
	<u>(68.378)</u>	<u>(52.830)</u>	<u>(89.360)</u>	<u>(75.842)</u>
	<u>(54.100)</u>	<u>(42.482)</u>	<u>(68.503)</u>	<u>(40.493)</u>

- (a) Trata-se de ação judicial movida pela Companhia visando receber a devolução dos empréstimos compulsórios efetuados para a Eletrobrás com correção monetária integral e juros sobre o valor do principal. O Superior Tribunal de Justiça - STJ pacificou o assunto de forma favorável aos contribuintes quando do julgamento dos RESP nº 1003955 e RESP nº 1028592, realizado sob o rito de recursos repetitivos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, estabelecendo esse desfecho para todos os casos que tratam da matéria. Por sua vez, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 735933 interposto pela Eletrobrás, o Supremo Tribunal Federal - STF consolidou o entendimento do STJ no sentido de que a discussão da matéria é infraconstitucional. Embora ainda não tenha havido o trânsito em julgado definitivo da ação movida pela Companhia, já existe sobre ela decisão determinando que o entendimento esposado pelo STJ seja aplicado ao seu caso concreto.

Em março de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 7.726 em complemento do contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças para terceiros não relacionados a Empresas do Grupo, para quem foram transferidos todos os riscos e benefícios decorrentes da referida ação judicial, pelo valor de R\$19.765, celebrado em dezembro de 2011. A Companhia, todavia, resguardou o seu direito de complementar o valor da venda com base em informações que porventura venham a ser obtidas das concessionárias de energia elétrica.

33. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Programa de participação no resultado	37.069	28.161	44.569	35.275

Esta participação está registrada na conta “Salários e encargos sociais a pagar”, no passivo circulante.

34. Avais e garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 15 e nº 17, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - “vendedor”, totalizavam, respectivamente, R\$2.519 e R\$478.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.

35. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

A política para aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas, elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo por patrimônio líquido do banco. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 as aplicações estão dentro destes limites.

Contas correntes com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) pela Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de parte das aplicações financeiras que são pós-fixadas e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos por indexadores pós fixados, conforme contrato firmado com as instituições financeiras.

b.2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Consideram baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item c), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, principalmente referentes à unidade de negócio de Artigos Esportivos. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial.

Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira é superior ao volume de exportações e recebimentos também em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição importadora é maior do que a posição exportadora, ou seja, possui um risco de perda se houver alta na taxa de câmbio.

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2013, o volume total protegido (Notional) representava um montante de US\$148.060 (cento e quarenta e oito milhões e sessenta mil dólares) por meio de operações do tipo NDF ("Non-Deliverables Forward").

"Hedge" de fluxo de caixa

A partir de 1º de setembro de 2013, foi aplicada para todas as operações com instrumentos derivativos do tipo NDF a contabilidade de hedge ("hedge accounting") conforme o CPC 38 e o IAS 39, tendo como objeto de hedge importações e compras futuras de estoques em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o hedge de fluxo de caixa ("cashflow hedge"). Todos os derivativos são contabilizados no balanço da Companhia pelo seu valor justo marcado a mercado ("Mark-to-Market") e os resultados dos derivativos são reconhecidos no resultado da Companhia ou mantidos no patrimônio líquido até o seu vencimento de acordo com a efetividade de cada operação.

As atividades de hedge são realizadas apenas na empresa Controladora, não envolvendo assim as demais empresas controladas e subsidiárias da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía uma posição de instrumentos derivativos do tipo NDF ("Non-Deliverable Forward") designados como "hedge" de compras futuras em dólar americano junto a fornecedores de produtos acabados e matérias primas com os quais a Alpargatas prevê ser altamente provável a realização de transações. As operações possuem diferentes vencimentos dentro de um horizonte de doze meses futuros. A liquidação deste tipo de instrumento se faz de acordo com a PTAX na data do vencimento. O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2013 segue no quadro abaixo.

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
NDF – "Non Deliverable Forward" (Valor justo - MtM)	11.860	1.000	-	-

Com a implementação do "hedge accounting" a partir de 1º de setembro de 2013, além dos saldos no ativo e no passivo da Companhia, serão registrados também no seu balanço os valores da marcação a mercado dos derivativos designados como instrumentos de "hedge", que serão mantidos no Patrimônio Líquido e transferidos para resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por hedge afeta o resultado. O saldo contábil registrado no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 segue no quadro abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo bruto mantido no patrimônio líquido	(2.666)	-
IR/CS diferidos ativos sobre operação de "hedge"	906	-
Saldo líquido mantido no patrimônio líquido	<u>(1.760)</u>	<u>-</u>

As operações de "hedge" de fluxo de caixa de compras futuras esperados no horizonte de doze meses futuros foram avaliados como altamente eficientes em 31 de dezembro de 2013.

O valor transferido durante o exercício do patrimônio líquido da reserva de outros resultados abrangentes para o saldo contábil dos itens objeto foi igual à R\$(7.927), visto que a operação foi designada para as compras a partir de outubro.

Anteriormente a adoção do "hedge" de fluxo de caixa, até 31 de outubro de 2013, as variações oriundas da marcação a mercado do valor justo dos derivativos eram reconhecida diretamente no resultado. Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos no resultado do exercício totalizaram R\$ 37.010 sendo R\$44.937 em Receitas/Despesas Financeiras (vide nota explicativa nº 30) e (R\$7.927) em Custos de Produtos Vendidos (vide nota explicativa nº 27).

As liquidações de instrumentos financeiros derivativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram uma entrada de caixa de R\$23.484.

d) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2013				Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos			
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	17	-	-	-	17	-	17
Empréstimos e financiamentos	275.294	-	-	-	275.294	-	275.294
Fornecedores	384.055	-	-	-	384.055	-	384.055
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	28	17	-	45	-	45
Empréstimos e financiamentos	-	108.016	97.544	75.918	281.478	-	281.478

	2012						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	76	-	-	-	76	(4)	72
Empréstimos e financiamentos	188.334	-	-	-	188.334	-	188.334
Fornecedores	359.079	-	-	-	359.079	-	359.079
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	7	-	-	7	-	7
Empréstimos e financiamentos	-	86.922	23.125	293	110.340	-	110.340

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

	2013	2012
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	814.400	616.908
(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(556.834)	(298.753)
Posição financeira líquida	<u>257.566</u>	<u>318.155</u>
Patrimônio líquido	<u>1.834.451</u>	<u>1.660.898</u>

f) Exposição cambial

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Ativo:					
Contas a receber de clientes	(i)	<u>73.792</u>	<u>49.890</u>	<u>81.326</u>	<u>123.452</u>
Total do ativo		<u>73.792</u>	<u>49.890</u>	<u>81.326</u>	<u>123.452</u>
Passivo:					
Fornecedores		<u>120.184</u>	<u>99.797</u>	<u>120.184</u>	<u>99.797</u>
"Royalties" a pagar		<u>29.070</u>	<u>17.735</u>	<u>29.070</u>	<u>17.735</u>
Total do passivo		<u>149.254</u>	<u>117.532</u>	<u>149.254</u>	<u>117.532</u>
Exposição líquida		<u>(75.462)</u>	<u>(67.642)</u>	<u>(67.928)</u>	<u>(62.334)</u>
Instrumentos financeiros derivativos	(ii)	<u>10.860</u>	<u>-</u>	<u>10.860</u>	<u>-</u>
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade		<u>(64.602)</u>	<u>(67.642)</u>	<u>(57.068)</u>	<u>(62.334)</u>

- (i) No consolidado em 31 de dezembro de 2013, 67,7% (74,6% em 31 de dezembro de 2012) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior

(Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina) e 32,3% referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil.

(ii) Conforme descrito no item c).

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira.

g) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste a valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IFRS 7/CPC 40, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos

(por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2013, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item (e) anterior, em 31 de dezembro de 2013 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Ganho/(Perda)		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<u>Impactos da variação do dólar norte americano</u>			
Contas a receber de clientes	(1.464)	20.332	40.663
Fornecedores	2.163	(30.046)	(60.092)
“Royalties” a pagar	523	(7.268)	(14.535)
Impacto total no resultado	<u>1.222</u>	<u>(16.982)</u>	<u>(33.964)</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(3.968)</u>	<u>79.005</u>	<u>156.351</u>
Impacto total no resultado com derivativos	<u>(2.746)</u>	<u>62.023</u>	<u>122.387</u>

O cenário provável considera uma valorização do real em 1,82% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio média de R\$ 2,3000, baseada em referências de mercado.

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 de R\$2,3426/US\$, (R\$2,9283/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,5139/US\$).

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório. Para os ativos financeiros indexados a CDI e passivos com taxas pós-fixadas (TJLP), a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 3 pontos percentuais é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 3 pontos percentuais ano para cima ou para baixo e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$19.216. Isso ocorre principalmente devido à exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras, considerando que os passivos financeiros são mantidos substancialmente a taxas pré-fixadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

A sensibilidade da Companhia às taxas de juros aumentou durante o exercício corrente principalmente devido ao aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras indexadas a CDI.

36. Lucro líquido por ação

	2013		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	219.644.137	208.037.478	427.681.615
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(6.156.560)	(6.156.560)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	201.880.918	421.525.055
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	154.124	155.887	310.011
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	201.880.918	421.525.055
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,7017	0,7722	0,7355
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	152.366	157.645	310.011
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	201.880.918	421.525.055
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.359.674	4.359.674
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	206.240.592	425.884.729
% de ações em relação ao total	51,57%	48,43%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,6937	0,7644	0,7279

	2012		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	219.644.137	208.037.478	427.681.615
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(6.156.560)	(6.156.560)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	201.880.918	421.525.055
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador – Básico			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	139.195	140.788	279.983
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	201.880.918	421.525.055
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,6337	0,6974	0,6642
Numerador – Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	137.607	142.376	279.983
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	201.880.918	421.525.055
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.359.674	4.359.674
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	219.644.137	206.240.592	425.884.729
% de ações em relação ao total	51,57%	48,43%	100,00%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,6265	0,6903	0,6574

(a) As ações preferências possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

Em virtude da bonificação de ações, divulgada na nota explicativa nº 24.a), o número de ações ordinárias e preferenciais em 31 de dezembro de 2012 foram ajustadas de forma a refletir a atual quantidade de ações, conforme requerido pelo parágrafo 64 do Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação.

37. Compromissos assumidos

37.1. Arrendamentos operacionais

Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos foi de R\$907 (R\$860 em 31 de dezembro de 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$10.879 (R\$10.325 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

Em agosto de 2011, a Companhia assinou o contrato de locação de um imóvel para instalação de sua nova sede a partir de 2012. O prazo do referido contrato é de 10 anos, com início em setembro de 2011 e com carência de 90 dias a contar desta data. O valor mensal do aluguel é de R\$ 893 e o contrato será reajustado anualmente pela aplicação da variação positiva acumulada do IGP-M / FGV.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$38.488 (R\$30.675 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2013, totalizam um montante mínimo fixo de R\$214.203, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>R\$</u>
2014	48.350
2015	46.800
2016	45.587
2017 a 2018	73.466
	<u>214.203</u>

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como "contingente" havia sido efetuado pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

37.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, vigente até 2013, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 37.948 kw, equivalente a R\$623, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

37.3. Contrato de serviço para construção da nova fábrica de Montes Claros - MG e fornecimento de equipamento

A Companhia assumiu compromissos decorrentes de contratos de fornecimento de serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos decorrentes da construção da nova fábrica na cidade de Montes Claros - MG. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total decorrente desses compromissos era de R\$106.063, referente às obras

civis que estão sendo executadas, e R\$54.403, referentes aos equipamentos industriais a serem adquiridos de diversos fornecedores.

38. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

39. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Aquisições de imobilizado sem efeito caixa	3.410	-	3.410	-
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	48.929	14.919

40. Medida Provisória nº 627 de 2013

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, no entanto a sua adoção antecipada, de forma irretratável, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação desta MP.

A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário de 2014.

41. Aprovação para divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 14 de março de 2014.